

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edwaldo Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade /
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-692-8

DOI 10.22533/at.ed.928210601

1. Comunicação. 2. Mídia. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade” reúne não apenas as possibilidades que o campo da Comunicação enseja, mas também os desafios que se erigem na/da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente processo de midiaticização e conflitos simbólicos presentes nas redes sociais, numa época em que a pós-verdade assume lugar de destaque. A pós-verdade constitui-se como um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões. Em 2016, o Dicionário Oxford elegeu o termo pós-verdade, ou *post-truth*, como a palavra do ano em língua inglesa. Segundo o dicionário, a expressão indica que a opinião pessoal ou pública é mais suscetível às emoções e crenças preestabelecidas do que aos fatos objetivos. Os textos apresentados nesta coletânea foram produzidos por pesquisadores brasileiros, chilenos, colombianos e espanhóis em resposta às demandas da comunidade científica. Trata-se de uma obra transdisciplinar que versa sobre comunicação, jornalismo ético, democracia, produção radiofônica, *clusters*, educação ambiental, cultura, consumo, políticas da vida, controle social, comercial, estratégias de marca, direito a comunicação, liberdade de imprensa, *packaging*, posicionamento de marca, práticas de consumo noticioso, métodos qualitativos, política feminista nas redes sociais, *street papers*, educação inclusiva, cidadania, comunicação ambiental, ressignificação, *fake news*, semiótica e teoria dos atos de fala.

A ideia da coletânea é simples: propor análises e fomentar discussões sobre a comunicação a partir de diferentes pontos de vista: político, educacional, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, também esta precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, sabemos o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Prof. Dr. Edwaldo Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

JORNALISMO ÉTICO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CREDIBILIDADE: DILEMAS DO
PROFISSIONAL DE JORNALISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Edwaldo Costa

Marcos Simas

DOI 10.22533/at.ed.9282106011

CAPÍTULO 2..... 14

SEMIÓTICA E A TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA PARA
O PROBLEMA DAS *FAKE NEWS*

Anderson Vinicius Romanini

Márcia Pinheiro Ohlson

DOI 10.22533/at.ed.9282106012

CAPÍTULO 3..... 24

PARTILHAR COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMPUTAÇÃO PARA A CIDADANIA EM
REDE

Márcia Marques

Alzimar Rodrigues Ramalho

Tatyane Mendes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.9282106013

CAPÍTULO 4..... 35

DERECHO A LA COMUNICACIÓN: UN DERECHO COMPLEJO

Bernardo Alfredo Hernández Umaña

DOI 10.22533/at.ed.9282106014

CAPÍTULO 5..... 42

ENTRAMADO DE PRÁCTICAS DE CONSUMO NOTICIOSO ENTRE LOS JÓVENES:
MÉTODOS CUALITATIVOS PARA A RECOLECCIÓN DE DADOS

Constanza Gajardo León

Tabita Moreno Becerra

DOI 10.22533/at.ed.9282106015

CAPÍTULO 6..... 57

ENTRE DICOTOMIAS E SILENCIAMENTOS: O FAZER POLÍTICO FEMINISTA NAS
REDES SOCIAIS

Mayara Larissa Benatti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9282106016

CAPÍTULO 7..... 67

RESSIGNIFICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: DE “VIVER É A MELHOR CONEXÃO” PARA
“VIVER É A MELHOR CONEXÃO... INTERROMPIDA”, UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
REPERCUSSÃO DO FILME PUBLICITÁRIO DA MARCA VIVO

Thiago Silva dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.9282106017

CAPÍTULO 8..... 75

DIFERENÇAS CONCEITUAIS SOBRE O CONSUMO NO FILME SEX AND THE CITY E NAS ESTRATÉGIAS DA MARCA ORNA

Julia Corrêa Borges dos Santos

Iris Yae Tomita

DOI 10.22533/at.ed.9282106018

CAPÍTULO 9..... 88

DEPOIS EU É QUE SOU ATRASADA? CONTROLE SOCIAL NO COMERCIAL “AVÓ” DE HAVAIANAS

Carla de Araujo Risso

DOI 10.22533/at.ed.9282106019

CAPÍTULO 10..... 99

EL *PACKAGING* COMO ELEMENTO DE POSICIONAMIENTO DE MARCA EN EL ACEITE DE OLIVA VIRGEN EXTRA *GOURMET*

Alba Merino Cajaraville

DOI 10.22533/at.ed.92821060110

CAPÍTULO 11..... 112

CLUSTER COMUNIDADE DE MEDELLÍN. DO DISCURSO DA GUERRA AO DA COLABORAÇÃO

Mónica Valle

María Teresa Herrera Echavarría

DOI 10.22533/at.ed.92821060111

CAPÍTULO 12..... 122

“JUVENTUDE EM PAUTA”: EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NUM PROGRAMA RADIOFÔNICO

Luiza Tirelli Rehbein

Emy Francielli Lunardi

DOI 10.22533/at.ed.92821060112

CAPÍTULO 13..... 134

ODETE PACHECO, A DESBRAVADORA DO RÁDIO ALAGOANO

Ricardo José Oliveira Ferro

José Wagner Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.92821060113

CAPÍTULO 14..... 144

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADE, CONSUMO E CIDADANIA

Melissa Heberle Diedrich

DOI 10.22533/at.ed.92821060114

CAPÍTULO 15.....	156
OS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO SOBRE ATRIBUTOS AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DE PROJETOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ana Lucia Rodrigues da Silva	
Fernando Amaral de Almeida Prado Junior	
DOI 10.22533/at.ed.92821060115	
CAPÍTULO 16.....	177
OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO SUJEITO SURDO NA AMAZÔNIA PARAENSE	
Raimunda Berenice Pinheiro Cardoso	
Paulo Jorge Martins Nunes	
Ivone Maria Xavier de Amorim Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92821060116	
CAPÍTULO 17.....	189
O "STREET PAPER OCAS" NA AVALIAÇÃO DE SEUS LEITORES	
Franklin Larrubia Valverde	
Marília Gomes Ghizzi Godoy	
Rosemari Fagá Viégas	
DOI 10.22533/at.ed.92821060117	
CAPÍTULO 18.....	198
COMA E UTI: POLÍTICAS DA VIDA	
Verusk Arruda Mimura	
DOI 10.22533/at.ed.92821060118	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO.....	209

CAPÍTULO 1

JORNALISMO ÉTICO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CREDIBILIDADE: DILEMAS DO PROFISSIONAL DE JORNALISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Data de aceite: 04/01/2021

Edwaldo Costa

Universidade de São Paulo (ECA/USP)
<http://lattes.cnpq.br/3950553227038648>
<https://orcid.org/0000-0002-3416-3815>

Marcos Simas

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

RESUMO: O presente artigo analisa o impacto da postura adotada pelo profissional de jornalismo nas mídias sociais sobre a credibilidade desse profissional, dos veículos de comunicação e, numa visão mais ampla, da própria atividade de jornalismo, abordando aspectos como a ética da profissão e a liberdade de expressão. A metodologia utilizada na construção desta pesquisa permaneceu alinhada ao que foi proposto por este estudo e seus respectivos objetivos. Todo o desenvolvimento foi voltado à busca de fatos e resultados que confirmassem as hipóteses levantadas. Nesse sentido, o objetivo geral é analisar, sob o ponto de vista do profissional de jornalismo, como declarações públicas de cunho político ou ideológico, principalmente nas mídias sociais, podem comprometer a própria imagem e a credibilidade do veículo em que trabalha. Os objetivos específicos são evidenciar a influência de novas tecnologias e das mídias sociais na vida das pessoas, especialmente na atividade de jornalismo, pontuar aspectos relacionados à ética do jornalismo, refletir sobre liberdade de expressão e, por fim, apresentar alguns exemplos do uso de mídias sociais por

jornalistas para posicionamento político ou ideológico. Conclui-se que, nos tempos atuais, a conduta do jornalista nas mídias sociais, principalmente no que tange a posicionamentos pessoais políticos ou ideológicos, tem potencial para comprometer sua credibilidade profissional. Por fim, tem-se que o tema continua em aberto, ficando proposto que futuramente seja realizada uma nova pesquisa, a fim de aprofundar a reflexão a partir dos pontos aqui abordados. Por essa razão, fica sugerida a realização de uma análise comparativa entre a opinião pessoal do jornalista, manifesta em suas mídias sociais, e seus impactos em sua credibilidade profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Ética; Política; Mídias sociais.

ABSTRACT: This article analyzes the impact of the posture adopted by the journalism professional on social media on the credibility of this professional, on the media and, in a broader view, on the journalism activity itself, addressing aspects such as the ethics of the profession and freedom of expression. The methodology used in the construction of this research remained in line with what was proposed by this study and its respective objectives. The entire development was focused on the search for facts and results that confirmed the hypotheses raised. In this sense, the general objective is to analyze, from the point of view of the journalism professional, how public statements of a political or ideological nature, especially in social media, can compromise the very image and credibility of the vehicle in which he works. The specific objectives are to highlight the influence of new technologies

and social media in people's lives, especially in journalism, to highlight aspects related to the ethics of journalism, to reflect on freedom of expression and, finally, to present some examples of the use of media. journalists for political or ideological positioning. It is concluded that, in the current times, the journalist's conduct on social media, especially with regard to personal political or ideological positions, has the potential to compromise his professional credibility. Finally, it is clear that the topic remains open, and it is proposed that further research be carried out in the future, in order to deepen the reflection from the points addressed here. For this reason, it is suggested to carry out a comparative analysis between the journalist's personal opinion, expressed in his social media, and its impacts on his professional credibility.

KEYWORDS: Journalism; Ethic; Policy; Social media.

1 | INTRODUÇÃO

O modelo apartidário de jornalismo é construído em torno da norma de cobrir a política como se todos os lados fossem igualmente culpados de todas as ofensas. Os meios de comunicação tomam decisões sobre como se posicionar dentro do mercado e como sinalizar para os novos consumidores que tipos de meios eles são em termos ideológicos. Segundo Nalini (2015), eles também interagem estrategicamente com os políticos, que usam as inclinações ideológicas dos jornalistas e acusações de inclinações para minar a credibilidade até das críticas mais válidas.

Assim como os incentivos de mercado apoiaram o desenvolvimento de uma imprensa neutra, estes mesmos incentivos, combinados à tecnologia, permitiram às instituições fornecerem cobertura de notícias a partir de perspectivas decididamente conservadoras (ou “de direita”) ou progressistas (ou “de esquerda”). No mesmo caminho, os diversos canais da Internet fragmentaram ainda mais o ambiente de mídia em nichos ideológicos estreitos.

As mídias sociais são as plataformas mais populares para divulgar e discutir tudo o que acontece na atualidade. De fato, são tão populares que hoje parece impossível que os jornalistas existam fora delas. Nesse contexto, há que se destacar o *microblog* Twitter, atualmente percebido como a principal ferramenta para a divulgação do próprio pensamento.

De acordo com Assis (2017), as notícias viajam mais rápido quando são publicadas segundos após o evento acontecer e, com 6.000 *tweets* sendo enviados a cada segundo, essa mídia social mudou a face do jornalismo para sempre. Hoje, o Twitter é ferramenta fundamental para a atuação do jornalista.

A credibilidade é valor necessário e indispensável ao profissional de jornalismo. Ela está tão intrinsecamente associada à profissão que há normalmente uma predisposição à confiança. Por isso, nos dias atuais, tantos jornalistas são elevados à nova categoria de formadores de opinião. Dessa forma, a conduta desses profissionais estará sempre em constante e relevante evidência, e a manifestação de seus posicionamentos pessoais terá grande influência na formação de opinião, uma vez que grande parte do público não

consegue diferenciar o profissional do cidadão.

Este artigo buscará, como objetivo geral, analisar em que medida a manifestação pública do posicionamento político ou ideológico do profissional de jornalismo, por meio de seus perfis pessoais nas mídias sociais, pode comprometer sua credibilidade ou do veículo em que trabalha.

A presente pesquisa, por meio de seus objetivos específicos buscará apresentar a influência de novas tecnologias e das mídias sociais na vida das pessoas, especialmente na atividade de jornalismo, pontuar aspectos relacionados à ética do jornalismo, refletir sobre liberdade de expressão e, por fim, apresentar alguns exemplos do uso de mídias sociais por jornalistas para posicionamento político ou ideológico.

Justifica-se o presente trabalho como um meio de contribuir para o ambiente acadêmico, contextualizando, enriquecendo e provocando reflexões sobre temáticas relacionadas à ética do jornalismo, ao papel do jornalismo em uma sociedade democrática e à liberdade de expressão e opinião. A pesquisa também pretende ser um mecanismo simplificador de tais discussões, buscando apresentar um material conciso e de fácil assimilação, mesmo para leitores que estiverem iniciando sua busca por conhecimento sobre o tema.

Aponta-se que a pesquisa desse tema é fundamental para apoiar a evolução do conhecimento no campo de estudo abordado, ou seja, através dos resultados aqui apresentados, tem-se o objetivo de ampliar os horizontes sobre o tema da convivência da imagem profissional do jornalista e de sua imagem pessoal nas mídias sociais.

Para o desenvolvimento do conteúdo, foi adotada a metodologia da análise feita diretamente sobre as publicações feitas por jornalistas no Twitter e suas consequências no cenário da divulgação de notícias. Nesse sentido, a construção do material visa alcançar resultados que confirmem as hipóteses levantadas, a partir de situações de conhecimento público, vivenciadas por profissionais de jornalismo.

Buscou-se, para o desenvolvimento deste artigo, a realização de pesquisa bibliográfica, utilizando artigos publicados em revistas e na Internet, livros, periódicos e outras fontes disponíveis. A pesquisa bibliográfica possui como foco explicar e levantar uma discussão sobre o tema abordado, sendo sempre embasada por referências teóricas. Ela também objetiva, por meio do conhecimento e das análises dos autores referenciados, enriquecer as reflexões pertinentes ao tema.

Foi adotado, ainda, o modelo de leitura conhecido como “modelo de leitura seletiva”. De acordo com esse modelo, a leitura é realizada com profundidade, a fim de levantar material consistente para o estudo.

Por fim, também se mostrou importante e válida a realização de uma leitura analítica de todo o material levantado e formulado, para que fosse possível a ordenação e a sumarização das informações. Neste ponto, considerou-se aquelas informações que se mostraram auxiliadoras ou norteadoras para o alcance da resposta do problema de

pesquisa e dos objetivos da pesquisa.

2 I JORNALISMO NA VIDA DAS PESSOAS

O jornalismo refere-se à coleta, preparação e distribuição de notícias e comentários relacionados e materiais de destaque por meio de mídia impressa e eletrônica, como jornais, revistas, livros, *blogs*, *webcasts*, *podcasts*, sites, redes e mídias sociais, e-mail, além de rádio, filmes e televisão.

Segundo Martins (2010), a palavra jornalismo foi originalmente aplicada à reportagem de eventos atuais em formato impresso, especificamente jornais. No século 20, no entanto, com o advento do rádio, da televisão e, por fim, da Internet, o uso do termo foi ampliado para incluir todas as comunicações impressas e eletrônicas relacionadas a assuntos atuais.

O jornalismo possui como foco criar, reunir e apresentar notícias e informações a seus públicos, sendo ele, portanto, um produto dessas atividades. A diferenciação entre as atividades do jornalismo e as demais reside em suas características e práticas identificáveis.

Na visão de Santaella e Lemos (2010), esses elementos não apenas separam o jornalismo de outras formas de comunicação, mas também o tornam indispensável para as sociedades democráticas. A História revela que, quanto mais democrática é uma sociedade, mais notícias e informações ela tende a ter.

Notícia é a parte da comunicação que mantém a população informada sobre os eventos, questões e personagens em mudança no mundo exterior. Segundo Velo (2012), embora possa ser interessante ou até divertida, o principal valor das notícias é seu caráter utilitário, que capacita os informados.

O objetivo do jornalismo não é definido pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas que eles empregam. Moraes, Ramonet e Serrano (2013) citam que em vez disso, “os princípios e o objetivo do jornalismo são definidos por algo mais básico: a função que as notícias desempenham na vida das pessoas”.

2.1 Obrigação com a verdade

Uma boa tomada de decisão depende de pessoas com fatos confiáveis e precisos colocados em um contexto significativo. Silva e Tasso (2012) citam que o Jornalismo não busca a verdade em um sentido absoluto ou filosófico, mas em uma capacidade que é mais realista.

O autor Barsotti (2014), explica que tudo o que é apontado como verdade, incluindo leis comprovadas cientificamente, devem ser submetidas à revisão, porém isso não ocorre porque tais verdades e leis são necessárias e funcionam perfeitamente. Assim, o jornalismo procura ser uma forma prática e funcional da verdade. Essa verdade não possui um sentido filosófico, absoluto ou científico. Trata-se, sim, de uma verdade possível de ser operada no cotidiano.

O conceito de “verdade jornalística” tem início quando o profissional compreende a importância de reunir e verificar as informações e inclui estas atividades em seu fluxo produtivo cotidiano. Karam (2014) defende que é a partir dessa compreensão que os jornalistas conseguem transmitir relatos e informações justas e confiáveis.

A cada dia, as pessoas se deparam com um volume crescente de informações e, nesse cenário, maior é a busca por provedores confiáveis, que forneçam informações verídicas, que tenham sido verificadas e abordadas no contexto correto.

É essencial que jornalistas trabalhem com transparência e isso inclui as fontes e métodos utilizados para coletar informações. Quem irá avaliar a informação é o público.

Nos dias atuais, após o advento das mídias sociais, qualquer cidadão ganhou um espaço para expressar suas opiniões, com grande possibilidade de que sua voz seja efetivamente ouvida. Nessas mídias, cada usuário tem potencial para influenciar um número expressivo de pessoas. Nesse contexto, é importante que o profissional de jornalismo tenha em mente que “a voz” a ser levantada sobre os fatos deve ser a do público. É ele que irá “julgar” o contexto e a interpretar as informações noticiadas.

2.1.1 Lealdade aos cidadãos

Primo (2013), explica que o editor de jornalismo – seja uma empresa de mídia que responda a anunciantes e acionistas ou um influenciador digital por meio de um *blog*, canal ou perfil nas mídias sociais, com suas próprias crenças e prioridades pessoais – deve demonstrar uma fidelidade final aos cidadãos. Dessa forma, é importante que o interesse público e a propagação da verdade estejam acima de qualquer interesse ou suposições pessoais. “Eles devem se esforçar para colocar o interesse público e a verdade, acima de seus próprios interesses ou suposições” (PRIMO, 2013).

Velo (2012) aponta que o compromisso com os cidadãos é uma aliança implícita com o público e uma base do modelo de negócio jornalístico. O jornalismo fornecido “sem medo ou favor” é percebido como mais valioso do que o conteúdo de outras fontes de informação. Além disso, o compromisso com os cidadãos também faz com que o jornalismo seja um agente importante, capaz de apresentar uma imagem representativa dos grupos constituintes da sociedade.

A teoria subjacente à indústria moderna de notícias tem sido a crença de que a credibilidade cria um público amplo e leal. Nesse sentido, Cezar (2014) aborda que os empresários de uma organização de notícias também devem nutrir – e não explorar – sua lealdade ao público antes de outras considerações.

A tecnologia sempre esteve em constante mudança, entretanto quando a confiança do público é conquistada e nutrida, ela perdura, apesar de qualquer transformação tecnológica.

2.1.2 Importância da verificação

A verificação das informações é elemento intrínseco da ética do jornalista. Embora não exista um código padronizado, todo jornalista responsável e ético usa certos métodos para avaliar e testar as informações.

Segundo Barsotti (2018), ser imparcial ou neutro não é um princípio central do jornalismo. Como o jornalista precisa tomar decisões, ele não é e não pode ser objetivo. Todavia, os métodos jornalísticos devem ser objetivos.

Quando o conceito de objetividade surgiu originalmente, não implicava que os jornalistas estivessem livres de preconceitos. Apelou-se, antes, a um método consistente de testar informações, uma abordagem transparente às evidências, exatamente para que preconceitos pessoais e culturais não prejudicassem a precisão do trabalho. Ou seja, o método é objetivo, não o jornalista.

Procurar várias testemunhas, divulgar o máximo possível sobre fontes ou pedir comentários a vários lados, tudo indica tais padrões. Nalini (2015), cita que é justamente essa disciplina de verificação que separa o jornalismo de outras formas de comunicação, como propaganda, publicidade, ficção ou entretenimento.

2.1.3 Independência

A credibilidade aponta ter uma base fundamental: a independência. Segundo Sacramento (2018), esse termo indica que o jornalista não pode se deixar levar por fonte, ser intimidado por quem possui poder, tampouco por interesse próprio ou pessoal. É essencial que essa independência esteja atrelada à mente aberta e à curiosidade intelectual do jornalista, pois isso irá norteá-lo a enxergar além de sua própria realidade.

Contudo, independência jornalística, escrevem Kovach e Rosenstiel (2003), não é neutralidade.

Embora os editorialistas e comentaristas não sejam neutros, as fontes de sua credibilidade ainda são a precisão, a justiça intelectual e a capacidade de informar – e não a devoção a determinado grupo ou resultado. Na independência, no entanto, os jornalistas devem evitar se entregarem à arrogância, ao elitismo, ao isolamento ou ao nihilismo (Kovach e Rosenstiel, 2003).

Para se ter independência é preciso, principalmente, não ser seduzido por fontes, intimidado pelo poder ou visar interesse próprio.

2.2 Liberdade de expressão

O Brasil experimentou o estabelecimento de uma estrutura constitucional “pós-redemocratização” que, sem dúvida, concede liberdade de expressão e de imprensa. O país preparou o terreno para o estabelecimento de um sistema de comunicação social alinhado com os mais avançados regimes internacionais no campo (MACCALÓZ, 2012).

A Constituição Federal do Brasil (1988) garante aos brasileiros um amplo acesso à informação de fontes diferentes e múltiplas, em um ambiente democrático em que a liberdade de expressão e de imprensa são garantidas. No entanto, o país ainda enfrenta algumas lacunas no quadro regulatório da mídia.

A Carta Magna de 1988 conta com uma legislação infraconstitucional de 1962, que, portanto, não responde aos novos desafios sociais e políticos brasileiros ou à revolução tecnológica do setor de comunicação e informação vivenciada nas últimas décadas. O país ainda precisa ir além na diversificação de suas fontes de informação, expandindo-as para os canais de comunicação do governo e da comunidade (SILVA e TASSO, 2012).

É importante saber distinguir liberdade de expressão de liberdade de imprensa, pois têm naturezas distintas. Enquanto a liberdade de imprensa surge da reivindicação de profissionais do jornalismo, a liberdade de expressão é fundamentada na possibilidade de qualquer pessoa se manifestar.

Segundo Irina Bokova (2016), diretora-geral da UNESCO, a liberdade de expressão é um direito humano fundamental que alicerça todas as outras liberdades civis. Ela é vital para o Estado de Direito e para a boa governança, além de ser uma base para sociedades do conhecimento inclusivas e abertas. A liberdade de expressão está no cerne da liberdade midiática, assim como da prática do jornalismo, como uma forma de expressão que aspira ser de interesse público.

A liberdade de expressão, assim como seus desdobramentos de liberdade de informação e liberdade de imprensa, aplica-se aos tradicionais veículos de comunicação impressos e de rádio, bem como ao *online*. Essas liberdades são cruciais para o desenvolvimento sustentável, a democracia e o diálogo.

2.3 Ética jornalística

O código de ética do jornalista brasileiro não especifica que um jornalista não possa se posicionar publicamente sobre o que pensa. Ele estabelece que o jornalista deve zelar em divulgar apenas a verdade e que a população seja informada dela, sem manipulação de informações ou ideologias, ou seja, um jornalista, diferente de um comentarista, não possui a função de opinar sobre determinado fato e sim informar o ocorrido. Moraes, Ramonet e Serrano (2013) acrescentam que o jornalista não deve manipular a informação, nem utilizá-la em benefício próprio.

Outro aspecto importante nesse contexto é atentar para o fato de que os profissionais de jornalismo, principalmente aqueles mais renomados e que atuam em veículos de grande alcance, dificilmente serão percebidos pelos públicos sob uma ótica que isole o profissional do cidadão. Ao contrário, percebe-se a formação de uma forte associação que, muitas vezes se expande e se vincula também ao veículo em que trabalha.

Nesse contexto, quando jornalistas se manifestam em suas redes sociais pessoais, podem colocar sua imparcialidade profissional sob o julgamento do público. Isso ocorre

principalmente quando o conteúdo postado envolve questões polêmicas, como é o caso de posicionamentos políticos, principalmente no atual cenário de polarização vivenciado no Brasil.

Não há dúvidas de que, como qualquer cidadão, o jornalista tem o direito de se expressar. Há, entretanto, uma questão inexorável de gestão de risco de imagem profissional que se coloca diante desses profissionais. Perguntas como as seguintes materializam esta reflexão: É possível dissociar minhas opiniões pessoais de minha produção jornalística? Devo autorrestringir minha liberdade de expressão? Minha credibilidade profissional pode ser arranhada? Qual seria a extensão dos danos?

Há diversas situações, normais para qualquer cidadão, que podem colocar os profissionais de jornalismo diante desse tipo de impasse, como: a participação em protestos, a declaração pública de apoio a determinada candidatura política, a doação de recursos financeiros para campanhas políticas etc. No caso do jornalista, tais atos podem ser vistos como incompatíveis com a profissão, uma vez que poderiam suscitar dúvidas sobre eventual enviesamento e manipulação das informações noticiadas, de forma a alinhá-las a suas convicções e ideologias pessoais.

2.4 O uso de mídias sociais por jornalistas e posicionamento político

Junto ao avanço tecnológico, o jornalismo foi beneficiado pelo surgimento dos computadores, da Internet, das mídias sociais e dos dispositivos móveis. Assim, ele evoluiu e passou a fazer uso dessas ferramentas para a propagação de notícias.

O surgimento das mídias sociais é um aspecto significativo do sistema de mídia híbrido atual, que enfoca as interações entre atores políticos, a mídia e o público.

Depois da explosão das redes planetárias de comunicação e da WWW (World Wide Web), o uso das palavras “hibridismo”, “híbrido” e “hibridização” ou “hibridação” expandiu-se consideravelmente para se referir tanto à convergência das mídias no mundo digital quanto à mistura de linguagens na hipermídia, ou seja, a junção do hipertexto com a multimídia que define a linguagem que é própria das redes. Além de significar a mistura daquilo que é diverso, o hibridismo foi tomando conta de vários níveis da realidade: das culturas contemporâneas às mídias, tal como se apresentam nas redes de comunicação, e, na raiz das mídias, encontra-se o hibridismo entre os signos textuais, sonoros e visuais que por elas circulam. (SANTAELLA, 2009).

Assis (2017) afirma que o advento das redes sociais também é compreendido como grande avanço tecnológico em todas as áreas da sociedade. Essas plataformas passaram a ser usadas pelos veículos de informação e também, em âmbito particular, por seus profissionais.

Mídia social é um ambiente democrático, que permite ao usuário se comunicar, interagir e compartilhar informações, exercendo na plenitude sua liberdade de expressão. Segundo Alves (2012), dessa forma, qualquer pessoa pode se posicionar diante de um fato, ideologia ou pensamento, respeitando a Constituição e o direito de outros usuários.

Se a opinião pública é “um conceito contestado e maleável”, é importante compreender as maneiras pelas quais ela é construída, principalmente por elites, como jornalistas, que nos fornecem diversas opiniões, por meio da cobertura de notícias de extrema importância para a prática da Democracia.

Porém, para Sacramento (2018), o significado da opinião pública é contingente: o clima social, o ambiente tecnológico e o ambiente de comunicação em qualquer estado democrático, juntos, determinam a maneira como pensamos sobre a opinião pública e as maneiras pelas quais tentamos medi-la.

Barsotti (2018) aponta que a partir do contexto político vivido no Brasil há alguns anos é muito comum que as pessoas se posicionem sobre o que acreditam, o que defendem, seus motivos, pensamentos etc. Na Internet não é diferente e qualquer publicação efetuada por um usuário, que, mediante seu direito de liberdade de expressão, pode decidir sobre o que falar, rapidamente pode ser replicada e propagada no ambiente virtual, podendo alcançar um grande número de usuários.

Pessoas consideradas influenciadores digitais, por possuírem número expressivo de seguidores nas mídias sociais, têm a oportunidade e a possibilidade de, ao divulgarem seus pensamentos, influenciarem a opinião de seu público cativo.

Tem sido comum encontrar nessas mídias jornalistas que se posicionam quanto a sua ideologia política. A questão aqui é justamente uma palavra citada anteriormente: influência. Jornalistas renomados, que atuam em grandes veículos de comunicação, comumente possuem um grande público em suas plataformas de redes sociais, e, em seu direito, como cidadãos, manifestam seus pensamentos resguardados pela própria Constituição Federal.

A jornalista Rachel Sheherazade, conhecida âncora de importante telejornal da TV aberta brasileira, após ter passado a externar determinadas opiniões políticas, sofreu inúmeras críticas e se envolveu em polêmicas nas mídias sociais, que culminaram com sua demissão antes do encerramento de seu contrato com a emissora. Na ocasião, a própria emissora foi muito questionada e pressionada.

Outro renomado profissional afastado das funções após manifestar posicionamentos relacionados a questões políticas foi Luís Ernesto Lacombe, apresentador de programa em outra grande emissora de TV aberta nacional.

Cabe notar que em ambos os casos as dificuldades surgiram em proporções análogas, ou seja, independentemente da orientação política manifestada – de “esquerda” ou de “direita”, favorável ou não ao governo.

Âncora e editor-chefe do telejornal de maior alcance da TV aberta brasileira, William Bonner (2020) diz evitar abordar temas políticos em suas redes sociais para não se envolver em confrontos ideológicos e que as redes sociais virou campo de batalha. Já seu colega de emissora, César Tralli, não se furta a manifestar suas opiniões.

O confronto nas redes, aliás, é fenômeno que traz insegurança aos profissionais de

imprensa. A “Cartilha sobre medidas legais para proteção de jornalistas contra ameaças e assédio online”, editada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), OAB e Observatório de Liberdade de Imprensa, diz que “O assédio contra jornalistas brasileiros nas redes sociais é um fenômeno em crescimento nos últimos anos. Jornalistas que veiculam reportagens sobre questões políticas ou sociais de natureza controversa se veem crescentemente como alvos de abusos praticados nas redes sociais, como comentários ofensivos e ameaças de violência física ou sexual. Embora esse tipo de retaliação seja comum a todos os jornalistas, percebe-se que, em particular, as jornalistas mulheres vivenciam ataques puramente relacionados à condição de gênero. Em alguns casos, ainda se pode constatar a ocorrência de uma campanha organizada por grupos de interesse para constranger e silenciar os jornalistas”.

Bom exemplo de tais ataques foi a jornalista Patrícia Campos Mello, vinculada a tradicional jornal do país, que após ter sido acusada de assédio sexual por funcionário de uma empresa de disparos em massa nas redes sociais durante depoimento à CPMI das *fake news* no Congresso Nacional, virou alvo de inúmeros ataques ofensivos nas mídias sociais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do tema abordado e por meio da metodologia utilizada, foi possível realizar uma pesquisa que validasse as hipóteses levantadas.

Por meio desta pesquisa é possível compreender que, no exercício da liberdade de expressão, principalmente após o advento da Internet, das mídias sociais e dos dispositivos móveis, o cidadão comum ganhou voz e agora suas opiniões têm potencial para, em uma questão de segundos, alcançar milhares de pessoas por todo o planeta.

Como qualquer outro cidadão, os profissionais de jornalismo estão inseridos nessa nova realidade, repleta de potencialidades, mas também de desafios. Desses profissionais, a conjuntura tem exigido uma completa readequação a novos processos e à nova dinâmica da profissão. Como exemplo, a disseminação cada vez mais frequente de *fake news* (notícias falsas) impõe ao profissional de imprensa pressões e riscos ainda maiores. A necessidade de uma checagem rigorosa das informações compete com as constantes demandas por aceleração do ciclo de produção da notícia.

Em meio a tantas mudanças, há valores que devem permanecer firmes, sob risco de comprometer o futuro da atividade jornalística. A obrigação do jornalismo é com o público. O jornalismo deve colocar os interesses do público à frente dos interesses comerciais, políticos e pessoais. O jornalismo deve instrumentar, por meio da informação crível e precisa, os espectadores, ouvintes e leitores, capacitando-os a formarem suas próprias opiniões e convicções. Contudo, não é seu papel conduzir pessoas a determinadas crenças ou ideologias.

Esta ética deve permear todas as etapas do processo jornalístico, incluindo seleção de matérias, coleta de notícias, produção, apresentação e entrega. Os praticantes do jornalismo ético têm a obrigação de buscar e apresentar opiniões e posicionamentos diversos e até mesmo opostos, a fim de preservarem e evidenciarem sua posição central de mediação e, por conseguinte, melhor municiarem seus consumidores com informações que possam ser claramente compreendidas e, quando apropriado, revisitadas e revisadas.

Em tempos como os atuais, de extrema polarização ideológica, as mídias sociais têm sido palco de verdadeiras batalhas de opinião, que vêm inclusive gerando intensos debates sobre a existência ou não de limites à liberdade de expressão. A banalização de agressões dos mais variados tipos – inimagináveis no convívio social antes do advento das mídias sociais –, coloca em risco a observância dos preceitos do livre pensar e da livre manifestação por parte dos cidadãos.

Hoje, como este estudo pode apresentar, os jornalistas se veem diante de um enorme desafio – um dilema que os coloca em confronto interno entre o pleno exercício da liberdade de expressão e a boa gestão de sua imagem e credibilidade profissionais.

Conclui-se que a utilização pelos jornalistas de perfis pessoais nas mídias sociais para verbalizar suas convicções pessoais tem acarretado impactos relevantes na imagem desses profissionais e de seus veículos, ameaçando um dos valores mais caros da atividade jornalística: a credibilidade.

Conforme constatou-se ao longo desta pesquisa, independentemente da inclinação política ou ideológica do profissional, o pleno exercício da liberdade de expressão nas mídias sociais vem sendo acompanhado por um certo prejuízo de imagem, pois, ao revelarem abertamente determinadas convicções pessoais, acabam, em certa medida, abdicando da centralidade exigida pelo papel de mediador da informação.

Merece destaque o fato de que o consumidor da notícia não diferencia o cidadão que se manifesta nas mídias sociais do profissional de jornalismo que assina uma matéria. Como ele espera do jornalista uma atuação de fidelidade aos fatos, de busca pela informação correta e de mediação ética, a simples manifestação de uma opinião pessoal pode ser percebida como um alinhamento ideológico capaz de colocar em xeque a credibilidade de suas informações.

Em tese, a credibilidade do profissional de jornalismo deve passar ilesa pelas naturais e esperadas alternâncias no poder entre as diversas vertentes políticas existentes, bem como pelo acalorado debate público entre as diferentes correntes ideológicas ou político-partidárias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L.; RODRIGUES, C. **Práticas de jornalismo amador em plataformas interativas: uma revisão bibliográfica**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2015.

ALVES, R. C. **Jornalismo digital**: dez anos de web e a revolução contínua. *Comunicação e Sociedade*, v. 9, n. 10, p. 93-102, 2012.

ASSIS, E. de. (2017). **Influências no jornalismo participativo**: um estudo local sobre decisões editoriais tomadas pelo público. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.

BARSOTTI, A. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014

BARSOTTI, A. **Uma história da primeira página**. Florianópolis: Insular, 2018.

BOKOVA, Irina. **Tendências mundiais sobre liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia**. Brasília: UNESCO, 2016. 108 p.

BONNER, William. **Graça das redes sociais acabou, 'agora é campo de batalha'**. 2020. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/09/william-bonner-altas-horas-jornal-nacional.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

CEZAR, Gustavo Buss. **As notícias e seus critérios na perspectiva da rede**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KARAM, Francisco. **Jornalismo ética e liberdade**. São Paulo (SP): Summus Editorial, 2014.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público deve exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MACCALÓZ, Salete. **O Poder Judiciário, os meios de comunicação e opinião pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MARTINS, Luiz da Silva. **O jornalismo como teoria democrática**. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Vitrine e Vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*. Portugal, LabCom Books, 2010.

MORAES, D; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica e democratização da informação. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Faperj: 2013.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 12 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

PRIMO, A. **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SACRAMENTO, Igor. **A saúde numa sociedade de verdades**. 2018. Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde. V.12, n.1.

SANTAELLA, Lúcia. (2009). **A ecologia pluralista das mídias locativas**. Revista FAMECOS, 15(37), 20-24.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes Sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Ed. Paulus, 2010 (Coleção Comunicação)

SILVA, Érica Danielle.; TASSO, Ismara. **Prática Discursiva Midiática**. Guarapuava, vol. 3 n. 2 (dez. 2012).

VELO, Atila. **A história das mídias sociais**. Santo André, 2012. Disponível em: <<http://redatorweb.com.br/a-historia-das-midias-sociais-um-guia-sobre-a-origem-deste-fenomenoslideshare/>> Acessado em: 19 mai. 2020

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidadania 24, 25, 27, 29, 32, 33, 86, 127, 144, 148, 149, 150, 151, 155, 164, 177, 189, 190, 192, 196

Clusters 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120

Comunicação 2, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 54, 59, 67, 68, 69, 72, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 140, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 168, 171, 173, 175, 177, 184, 186, 189, 190, 191, 194, 196, 198, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208

Consumo 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 105, 106, 109, 129, 144, 145, 150, 151, 152, 155, 196

Controle social 26, 31, 33, 88, 97

Cultura 25, 27, 34, 35, 41, 43, 55, 59, 61, 69, 74, 80, 91, 95, 98, 106, 108, 112, 123, 124, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 166, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 196, 207

D

Discurso 18, 52, 54, 60, 63, 65, 68, 70, 89, 93, 97, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 125, 129, 144, 145, 146, 165, 178, 180, 187

Discurso da guerra 112, 115

Discursos circulantes 88, 93

E

Educomunicação 127, 144, 148, 149, 150, 153, 154

Energia elétrica 114, 145, 156, 157, 166, 167, 174

Era pós-massiva 67

Estratégia de guerra 114

Estratégias 17, 68, 75, 76, 84, 86, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 123, 125, 146, 159, 160, 162, 163, 165, 173, 178

Ética jornalística 7

F

Fake news 10, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 123, 124

Feminismo 57, 64, 66, 153

J

Jornalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 19, 24, 26, 29, 140, 144, 147, 148, 155, 189,

192, 194, 208

Jornalismo ambiental 144, 147, 148, 155

Jornalismo ético 11

L

Liberdade de expressão 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 60

Liberdade de imprensa 7, 10

Liberdade de informação 7

Linguagem 8, 14, 15, 16, 21, 23, 29, 30, 31, 60, 65, 116, 119, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 144, 153, 164, 169, 171, 183, 184, 187, 192

Linguagem radiofônica 129, 130

M

Marketing 68, 69, 74, 79, 92, 99, 100, 102, 104, 109, 110, 114, 115, 116, 133, 156, 157, 158, 159, 166, 173, 174, 175

Meios de comunicação 2, 12, 26, 67, 69, 88, 133, 146, 156

Mídias 2, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 98, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 133, 148, 156, 164, 165, 206

Mídias na escola 124

Mídias sociais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 133, 156, 164, 165

Modernidade 26, 59, 66, 90, 144, 150, 151, 154

N

Notícia 4, 10, 11, 14, 18, 125, 145

Novas tecnologias 1, 3, 126

O

Odete Pacheco 134, 135, 138, 140, 141, 142, 143

Opinião pública 9, 12, 22, 88, 89, 147, 162

Orna 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87

P

Packaging 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Plataforma digital 30

Política 1, 2, 8, 9, 11, 33, 36, 38, 40, 41, 50, 57, 59, 66, 113, 114, 118, 123, 124, 127, 151, 153, 160, 162, 164, 180, 190, 191, 195

Pós-modernidade 26, 144, 150, 154

Pós-verdade 2, 14

Produção radiofônica 122, 131

Publicidade da Vivo 67

R

Rádio 4, 7, 29, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Rádio como ferramenta pedagógica 123

Redes sociais 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 22, 32, 33, 57, 58, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 124, 126, 128, 146

Ressignificação 67

S

Semiótica 14, 15, 16, 20, 22, 23, 208

Sex and the city 75, 76, 79, 81, 85, 86

Socioambiental 144, 148, 149, 150, 154

Surdo 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

T

Tecnologias da informação e comunicação 122, 123

U

UTI 198, 199, 202, 203, 206

W

Web-rádio escola 122, 123, 125, 128

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 